

# O PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL (PPG-7) E A GLOBALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

GIORGIO DE ANTONI<sup>1</sup>

## 1 Introdução

Em setembro de 2009, o Ministério do Meio Ambiente anunciava oficialmente o encerramento do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil depois de quase duas décadas de atividade. Definido outrora pelo mesmo Ministério como “[...] o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global e o maior programa mundial para a proteção de florestas tropicais e manejo de seus recursos em um único país [...]” (BRASIL, 2007), o PPG-7 foi uma iniciativa em conjunto dos sete países mais industrializados da época (G-7), mais os Países Baixos, do Banco Mundial, do Governo do Brasil e da sociedade brasileira no intento de “conciliar o desenvolvimento econômico sustentável com a conservação das Florestas Tropicais” (BANCO..., 1992). Para reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia, na Cimeira de Houston, em 1990, o G-7 lançou o programa, acolhido favoravelmente pelo Brasil, comprometendo-se a financiar uma série de projetos que deviam respeitar cinco linhas de ação: a experimentação e a demonstração de atividades que visam conciliar a conservação e o desenvolvimento; a conservação de áreas protegidas; a demarcação das terras indígenas; a consolidação das instituições públicas responsáveis pelas políticas ambientais; e a pesquisa científica. A parceria entre a comunidade internacional e o Brasil era fundamentalmente baseada em quatro objetivos gerais assim definidos:

- demonstrar a viabilidade da harmonização entre objetivos ambientais e econômicos nas florestas tropicais;
- ajudar a preservar os enormes recursos genéticos de que estas dispõem;
- reduzir a contribuição das florestas brasileiras na emissão de gás carbônico; e
- fornecer um exemplo de cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais (BANCO..., 1992).

---

<sup>1</sup>Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Católica de Brasília – UCB.

**Autor para correspondência:** Giorgio De Antoni, Universidade Católica de Brasília – UCB, CEP 70790-160, Taguatinga, DF, Brasil. E-mail: ggdeantoni@gmail.com

Recebido em: 28/4/2010. Aceito em: 4/11/2010.

Na realidade, o Programa Piloto tornou-se operacional em 1994 e, após uma primeira fase concluída em 1999, continuou a funcionar de alguma maneira até 2009 para confluir definitivamente no Programa Amazônia<sup>1</sup> que é apresentado como o depositário das experiências e do conhecimento apreendidos no PPG-7.

Conforme as avaliações e os resultados, parciais e globais<sup>2</sup>, relativos ao Programa Piloto, entre os efeitos mais positivos é mister destacar a criação de mais de 100 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia e Mata Atlântica, nos quais estão incluídos 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas, 44 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas e 72 milhões de hectares de corredores ecológicos. Além disso, o PPG-7 se distinguiu por ter investido consideravelmente no fortalecimento e na descentralização da gestão ambiental chegando a envolver todos Estados da Amazônia brasileira.

A perspectiva desse trabalho é de aprofundar o entendimento sobre o Programa Piloto dentro da governança ambiental internacional a partir da análise neogramsciana elaborada principalmente por Robert W. Cox<sup>3</sup>. A reflexão de Cox visa ir além da teoria das relações internacionais geralmente concebida em termos neorealistas, neoliberais e estruturalistas (LINKLATER, 2000) através de uma teoria definida como “crítica”. A própria abordagem crítica distingue-se da interpretação tradicional que vê as relações internacionais como espaços de negociação, onde ordem e regras são determinadas pelos interesses nacionais. Dessa forma, a visão clássica se tornaria presa numa análise prevalentemente normativa, na lógica do problem-solving, sem questionar o quadro conceitual que justifica a produção das normas.

Ao retomar os conceitos de Gramsci, Cox avança a idéia de que cada ordem mundial é caracterizada por um regime específico de acumulação que determina a economia, a cultura, a política e as relações humanas. Para alcançar a hegemonia, um estado não deve conseguir a dominação exploradora dos outros, mas sim apoiar uma ordem mundial na qual vários estados se reconhecem pelo fato de serem compatíveis com seus próprios interesses. Os estados que historicamente já tiveram a revolução social e econômica são os atores principais deste tipo de hegemonia. Seu progresso democrático, cultural e tecnológico que seguiram à mudança tornam-se um projeto exportável que provoca a aceitação e a emulação dos outros. O movimento do centro para a periferia ocorre de acordo com a formulação gramsciana da revolução passiva e do transformismo (GRAMSCI, 2001). Implementados de cima para baixo: a mudança não é causada por uma transformação radical e global do país, mas é introduzida através de um sistema de amortecimento e cooptação das forças sociais, políticas e econômicas, permitindo assim a continuidade do poder dominante. A ordem mundial hegemônica, uma vez reconhecida por seu caráter universal, cria um conjunto de normas e regimes a fim de garantir a idéia dominante de produção, por intermédio das instituições internacionais (COX, 1983). Na verdade, estas, definidas no contexto ideológico de quem detém o poder, têm um papel fundamental na definição da ação dos estados e dos atores subordinados, sendo o produto da nova ordem mundial hegemônica o que, por sua vez, legitima e ajuda sua reprodução em regiões periféricas, amortecendo as tentativas externas de contestação ou de revolta. Em substância, as instituições internacionais tendem a desempenhar uma função de mediação entre países dominantes e países sujeitos sem abandonar sua parcialidade.

A abordagem teórica neogramsciana permite analisar de uma forma crítica o quadro internacional que tem inspirado e orientado a formulação e a implementação do PPG-7. Trata-se de acrescentar às outras análises em relação ao Programa Piloto uma reflexão sobre a ordem estabelecida que o produziu sem retê-la por suposta, mas, pelo contrário, ousar tomar em consideração a possibilidade de outras alternativas cuja escolha é determinada pelas mudanças contínuas que caracterizam a realidade. Uma situação de risco, como a destruição da biodiversidade na região amazônica e suas consequências, poderia exigir uma modificação da ordem mundial.

Na verdade, o PPG-7 foi montado dentro de um contexto político específico da economia global, caracterizada pela formação de um bloco histórico que avanteja o capital transnacional e garante a nova forma de produção introduzida pela globalização do mercado. Os criadores e promotores do Programa Piloto ligaram o destino de sua iniciativa a uma ordem mundial pré-estabelecida à qual confiaram de maneira irrefutável a proteção dos recursos naturais na Amazônia, sem colocar minimamente em discussão a eficiência dessa ordem. É nesse contexto que a iniciativa em favor da conservação das florestas tem que ser também tomada em consideração.

A organização do seguinte trabalho compreende primeiro uma rápida apresentação do interesse internacional pela Amazônia nas décadas anteriores aos anos 90 com o propósito de destacar a novidade do processo de globalização introduzido no Brasil, e na região amazônica por meio do PPG-7. Seguidamente, será tomada em consideração a postura, de um lado, do G-7 e, do outro, do Governo do Brasil frente à nova iniciativa em favor das florestas tropicais. Finalmente, algumas reflexões sobre a introdução e aplicação do PPG-7 concluirão a exposição.

## 2 O interesse internacional pela Amazônia

O interesse da economia mundial pela Amazônia brasileira tem origens longínquas. Antes do processo específico de globalização, a intervenção do capital internacional se encontra sempre presente nos momentos mais significativos da história do desenvolvimento do Brasil: o ciclo da borracha, a expansão da fronteira amazônica e a realização dos grandes projetos.

Em 1840, a descoberta do processo de vulcanização e, mais tarde, dos pneumáticos fizeram montar rapidamente a demanda da *hévea brasiliensis* colocando o Brasil numa posição central dentro do mercado internacional da época. Graças às características e ao tamanho da região amazônica particularmente apta à produção do látex, e da força de trabalho mobilizada, a antiga colônia portuguesa se encontrou como a única fornecedora de borracha a nível mundial. No nível interno, a produção da região tornou-se a maior contribuição à economia brasileira permitindo a realização de infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento do país (REIS, 1968).

A inserção da Amazônia no processo mundial de expansão capitalista<sup>4</sup>, através da extração e da comercialização do látex, começava a se definir nas formas de uma economia internacional integrada, com um centro, os países desenvolvidos, e uma periferia, os países subdesenvolvidos (SUNKEL, 1971). No momento da aparição do novo mercado, as

características do “desenvolvimento exportador” como o próprio Sunkel o define<sup>5</sup> podiam ser assim sintetizadas: o desenvolvimento da infra-estrutura, cujo objetivo era essencialmente o de escoar a mercadoria do lugar onde era produzida para expedi-la aos centros de utilização no exterior; a realização de um processo migratório e urbanístico com benefícios locais mínimos; e a instabilidade da exportação condicionada pelas variações do mercado mundial. Pressionada pela demanda externa, a Amazônia só podia responder graças aos subsídios extrarregionais entre os quais se destacavam as contribuições da comunidade internacional sob a forma de financiamento às importações, de investimentos diretos e de empréstimos (SANTOS, 1980).

Em 1910, bastou a iniciativa inglesa de transplantar a semente da *hévea brasiliensis* nas colônias britânicas da Ásia, em escala comercial, para quebrar a produção brasileira e levá-la a uma crise profunda. O Brasil não tinha conseguido ir além do limiar de simples fornecedor de matéria prima, ao qual a articulação do mercado internacional o havia relegado.

Numa segunda fase, (1930-1980), marcada pela orientação nacional impulsionada particularmente por Getulio Vargas (“A Marcha para Oeste”) e Juscelino Kubitchek (“Cinquenta Anos em Cinco”), e, em seguida pelo regime militar, a Amazônia se encontra totalmente envolvida na impulsão desenvolvimentista (CASTRO; CARVALHO, 2003; FONSECA, 2005) característica do Brasil durante esse período. A região amazônica começa a ser objeto de um planejamento regional que encontra a própria consagração na constituição do 1946, com o Programa de Desenvolvimento da Amazônia. E a expansão da sua fronteira<sup>12</sup> (SCHMINK; WOOD, 1992; LITTLE, 2001) se tornará um elemento constitutivo do desenvolvimento brasileiro. Contudo, o sonho do país é viável só com a contribuição do capital e de empresas estrangeiras que, com o estado e as empresas nacionais, formam o “tripé” sobre o qual se apóia o crescimento econômico (BECKER, 1990). Segundo Abreu (1992), a entrada do capital estrangeiro no Brasil passou de 359,0 milhões de dólares em 1964 a 19.014,3 milhões em 1981; enquanto do território amazônico ocupado, em 1986, 23,9% estava ocupado pelo estado, 36,2% pelas empresas nacionais privadas e 39,9% pelas empresas internacionais (FERNANDES apud KOLK, 1996).

A visão nacional-desenvolvimentista que norteava a política econômica do país, se, de um lado, visava estimular uma planificação autônoma da produção interna através da industrialização substitutiva de importações, do outro, reconhecia pragmaticamente que isso teria sido inalcançável sem a contribuição dos investimentos e da tecnologia estrangeiros. De fato, o governo militar, cuja retórica nacionalista constituía o aspecto central da própria política, considerava inquestionável e indispensável o suporte do capital internacional desde que o direito à propriedade dos recursos e à soberania sobre o território amazônico ficassem com o Brasil.

A terceira fase, nos anos 80, é caracterizada pela introdução de dois grandes projetos: O Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste (Polonoroeste) e o Programa Grande Carajás (PGC). O primeiro visava proporcionar as infraestruturas e os subsídios com vista à colonização agrícola nos Estados de Rondônia e do Mato Grosso. O segundo tinha por objetivo a construção de uma rede ferroviária e fluvial em função da exploração das reservas de minerais no Estado do Pará. O custo total do Polonoroeste era de 1,6 bilhões de dólares bancados 66% pelo governo federal e 34% pelo Banco Mundial (REDWOOD III, 1993).

Já o investimento inicial do PGC, de 3,1 bilhões de dólares, foi financiado metade pela empresa estatal brasileira “Companhia Vale do Rio Doce”, diretamente envolvida na iniciativa, US\$ 1,1 bilhão pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>6</sup>, e US\$ 1,7 bilhões como empréstimo provenientes da comunidade internacional. Esse empréstimo incluía inicialmente US\$ 600 milhões da Comunidade Econômica Européia (CEE), US\$ 500 milhões do Japão, US\$ 305 milhões do Banco Mundial, e, mais tarde, US\$ 250 milhões de bancos comerciais americanos e US\$ 60 milhões da URSS (HALL, 1989). Os dois programas foram alvo de críticas severas por parte dos movimentos ambientais (SCHWARTZMAN, 1985) americanos e europeus em consequência da degradação provocada ao meio ambiente e da ameaça que constituíam às populações indígenas. O Banco Mundial, e com ele todos os parceiros ocidentais, sob a pressão da mídia, foram obrigados a uma análise crítica da intervenção, seguida, em 1985, pela suspensão dos financiamentos. A força do movimento ambientalista internacional, particularmente amplificada pelos meios de comunicação ocidentais depois da morte de Chico Mendes, parecia oferecer o momento oportuno para reconsiderar a importância do meio ambiente e das populações tradicionais nas políticas econômicas regionais e mundiais enquanto o processo de globalização começava dominar a cena internacional.

### 3 O G-7 e o PPG-7

A concepção e o lançamento do Programa aconteceram na cúpula do G-7 em Huston (1990) através de uma declaração enfática que visava mostrar à opinião pública da época, e ao movimento ambientalista especialmente, a determinação dos países mais industrializados de acabar com a destruição das florestas em respeito à soberania nacional, um tema particularmente apreciado pelos países em desenvolvimento ricos em biodiversidade. Esse compromisso em prol das florestas todas se traduzia numa ação concreta relativa às florestas tropicais no Brasil, em cooperação com o Governo Brasileiro.

We are determined to take action to increase forests, while protecting existing ones and recognizing the sovereign rights of all countries to make use of their natural resources. [...] We welcome the commitment of the new Government of Brazil to help arrest this destruction and to provide sustainable forest management. We actively support this process, and we are ready for a new dialogue with developing countries on ways and means to support their efforts. We are ready to cooperate with the Government of Brazil on a comprehensive pilot program to counteract the threat to tropical rain forests in that country [...] (G7 Summit 1990, § 66).

O mesmo documento logo depois salientava a necessidade e a urgência de elaborar uma convenção internacional sobre as florestas chegando a estabelecer um prazo determinado à realização do acordo global.

We are ready to begin negotiations, in the appropriate fora, as expeditiously as possible on a global forest convention or agreement, which is needed to curb deforestation, protect biodiversity, stimulate positive forestry actions,

and address threats to the world's forests. The convention or agreement should be completed as soon as possible, but no later than 1992 [...] (G7 Summit 1990, § 67).

O forte compromisso em favor das florestas, que devia se concretizar através de um programa de cooperação com o Brasil e a realização de uma convenção internacional, era inspirado e projetado dentro do quadro político-econômico dominante, considerado o sistema mais adequado para alcançar o objetivo declarado: [...] We recognize that strong, growing, market-oriented economies provide the best means for successful environmental protection [...] (G7 Summit 1990, § 62).

Conforme o anúncio feito, a economia de mercado teria sido a melhor solução ao problema da destruição do meio ambiente favorecendo sua conservação.

Contudo, a atribuição do Programa Piloto ao grupo do G-7 leva facilmente a generalizar e omitir as profundas diferenciações que caracterizavam os Países membros. Diferenças na forma de engajamento e na visão do problema. A primeira se torna evidente não apenas no que concerne ao aporte financeiro inicial<sup>7</sup>, mas também no acompanhamento efetivo da iniciativa. O Canadá se retirou logo depois do começo. A França manteve uma posição isolada com respeito à decisão do grupo de criar um Rain Forest Trust Fund (RFT) onde depositar a ajuda financeira, preferindo instituir seu próprio Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial e privilegiando uma intervenção bilateral. Os Estados Unidos e o Japão custaram dar sua contribuição. A Itália e o Japão participaram apenas no início do Programa, sem renovar o apoio financeiro e sem um acompanhamento direto do empreendimento. Praticamente, o Programa Piloto se tornava possível graças à liderança da Alemanha apoiada pela Comissão Europeia (CE). O engajamento global do G-7, politicamente inspirado e impulsionado pela Alemanha, disfarçava as disposições mais modestas dos outros parceiros.

Além disso, as diferentes visões em relação à conservação das florestas tropicais estavam longe de encontrar um ponto comum. No começo, o Programa Piloto, sob a influência da liderança alemã e da opinião pública da época, se caracterizou por sua orientação conservacionista. O objetivo principal que entrou especificamente no título da iniciativa foi a “conservação das florestas tropicais”; um tema que é possível re-encontrar nos sub objetivos. Conforme a Alemanha, [...] the only clearly stated and monitorable objective remains the reduction in the rate of deforestation [...] (WORLD BANK, 1999b). Entretanto, a posição dos outros países membros do G-7 parecia mais próxima à do Banco Mundial que tinha convidado a deixar de pôr metas pré-fixadas na redução do desmatamento, conseguindo converter a essa tese a mesma Comissão Européia. Do outro lado, a CE passava por tensões que a afastavam progressivamente dos objetivos ecológicos iniciais. Ao passo que a Direção Geral do Meio Ambiente visava submeter o Programa à luta contra o desmatamento, a Direção Geral do Exterior salientava o desenvolvimento como o meio verdadeiro de salvaguardar a floresta. De fato, todas agências de cooperação engajadas terão de se medir com este dilema que, aliás, ao longo do Programa, irá permiti-lhes tomar decisões as mais diversas em linha com suas orientações nacionais.

Nesse contexto de frágil vontade política do grupo no conjunto e de relativa clareza sobre os principais objetivos, duas instituições internacionais, com sua experiência, sua

organização e sua ideologia, vinham ocupando um papel determinante na política ambiental do G-7 dentro do Programa Piloto: o Banco Mundial e a estrutura da Cooperação ao Desenvolvimento.

O Banco Mundial foi logo escolhido para administrar o RFT onde os doadores depositavam suas contribuições financeiras, e, em seguida, depois de ter disputado a liderança do PPG-7 com a Comissão Europeia, foi encarregado da coordenação do Programa. O papel central atribuído ao Banco correspondia melhor à posição dos países envolvidos. Entre as instituições internacionais aptas a ocupar um cargo parecido por sua competência no tocante às florestas tropicais, a instituição de Bretton Wood garantia melhor a ideologia e o controle dos países mais desenvolvidos. Além disso, o Brasil representava pelo Banco um dos clientes mais importantes com o qual precisava retomar as operações financeiras interrompidas depois das denúncias internacionais relativas aos dois programas bancados pela agência de Bretton Wood. A oportunidade oferecida pelo PPG-7 se apresentava como possível retomada de uma nova relação com o Brasil e seu patrimônio ambiental.

Se do ponto de vista administrativo e organizativo o G-7 designou o Banco Mundial na liderança do Programa, do outro lado, o mecanismo de intervenção em favor das florestas tropicais foi se estruturando dentro do arcabouço da cooperação ao desenvolvimento obedecendo à sua lógica e a seu sistema operativo. O novo compromisso ambiental ostentado pelos países mais desenvolvidos em Houston disfarçava os problemas muitas vezes diagnosticados em relação a essa organização. Entre os críticos mais radicais da organização de cooperação internacional (HANCOCK, 1989; SACHS, 1992; ESCOBAR, 1995; CRUSH, 1995; COWEN; SHENTON, 1996; DICHTER, 2003; KOTHARI; HARCOURT, 2004; PETRAS; VELTMEYER, 2002), os seus defensores a todo custo (BRANDT COMMISSION, 1980; COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE, 1995; WORLD BANK, 1998), e os sustentadores da necessidade de uma mudança (STIGLITZ, 2001; PRONK, 2001; SINGH, 2002; NATIONS UNIES, 2002 ; EYBEN, 2006), o relatório Cassen e Associates (1986) se torna um documento que tem grande autoridade na história da ajuda internacional pelo fato de ter sido um estudo executado por 22 pesquisadores independentes, sob a direção de Cassen, e encomendado por parte de 19 governos da Organização pela Cooperação Econômica e pelo Desenvolvimento (OECD, em inglês). O relatório Cassen dava forte relevo à urgência de uma maior coordenação entre os países doadores e à necessidade de reduzir a complexidade e a multiplicação dos procedimentos burocráticos. Além disso, o texto chamava a atenção sobre a ajuda bilateral, mais propensa a obedecer aos interesses nacionais, e apontava o multilateralismo como a forma mais apropriada para uma ação em conjunto. As duas observações serão particularmente pertinentes ao mecanismo da ajuda aplicado no PPG-7. Com efeito, de acordo com o Relatório Final da Revisão da Estrutura Institucional em 1999, a complexidade e o bilateralismo constituirão entraves relevantes no desenvolvimento do Programa<sup>8</sup>.

Substancialmente, o G-7, graças à liderança do Banco Mundial e ao sistema operacional bem consolidado da ajuda internacional se encontrava na condição de poder controlar sua própria iniciativa em favor das florestas tropicais do Brasil e de orientá-la dentro do quadro da economia de mercado.

## 4 O PPG-7 e o Brasil

De fato, a proposta de um programa piloto em grande escala<sup>9</sup> contra o desmatamento da Amazônia foi uma decisão fundamentalmente dos países desenvolvidos que pegou o Brasil despreparado.

Any analysis of PP/G7 implementation must address the circumstances under which this program was launched in 1990-92. The special circumstances which explain many of the subsequent implementation issues were: the pilot program was proposed to Brazil by other countries; [...] Brazil was not sufficiently prepared at that point to enter into an international partnership of the type envisaged by the G7 because the cohesiveness required for a political coalition comprising Federal Ministries and nine States, not to speak of civil society and the private sector, had not been achieved. [These circumstances] also provide the initial and single most important reason for the limited ownership shown by the Brazilian Government (WORLD BANK, 1999a, § 18).

Por que então o Governo do Brasil, apesar das suas tensões internas relativas ao interesse da comunidade internacional pela região amazônica brasileira (VIOLA, 1998), consentiu em receber a oferta da iniciativa? De acordo com Kolk (1996), a preparação e a perspectiva da Cúpula do Rio, e as condições soft que acompanhavam os financiamentos mostrando que o Brasil não tinha nada a perder, foram elementos importantes que fizeram pender a balança em favor do consenso. Mas, se de um lado, essas motivações se tornam importantes dentro de um espaço e tempo determinados, do outro, é preciso não esquecer o quadro internacional que inspira a orientação escolhida e que cria as condições para que aconteça.

Efetivamente, a proposta do Programa Piloto foi lançada num momento de grande mudança na política do Brasil, marcada pela definição e promulgação da nova Constituição em outubro de 1988. Os anos sucessivos foram caracterizados por uma mobilização nacional que visava continuar a democratização do país inaugurada com a Carta Constitucional e redesenhar a posição do Brasil dentro do sistema político-econômico global existente. A nova perspectiva exigia uma tomada de distância da experiência do regime militar anteriormente experimentado e o abandono do projeto de um estado desenvolvimentista que sob diferentes interpretações dominou a política econômica do país desde 1928 até 1989. A ruptura interna e externa com a política do regime militar devia ocorrer definitivamente com a presidência de Fernando Collor de Mello que prometia bloquear a inflação e [...] inserir o Brasil no grupo dos países mais industrializados: fazer entrar o país na « modernidade» [...] (ALMEIDA; MATTOSO QUEIRÓS, 2002 ). Com efeito, um tema central da política de Collor era a elaboração de um Projeto de Reconstrução Nacional caracterizado por três objetivos: o controle da inflação, a reforma do estado e a mudança das instituições. Segundo ele, os meios para atingir essas metas eram o abandono do protecionismo e a abertura comercial ao mercado competitivo internacional; o mínimo de intervenção do estado, contra a ideologia anacrônica do desenvolvimentismo; e a promoção do setor privado. Tudo isso comportava uma mudança substancial na posição do governo em relação às questões ambientais.

Na realidade, diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, à pujança e expansão do mercado: o imperativo ecológico. O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. [...] A urgência que meu governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade [...] Em recente viagem ao exterior, como presidente eleito, ressaltai que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados nessa grave matéria. [...] Mas observei que, fora do simplismo de acusações unilaterais, o Brasil estará sempre disposto ao diálogo e à cooperação internacionais sobre o drama ecológico. Nas Nações Unidas e nos demais foros, passaremos a formar entre os países que melhor sustentam o esforço de encontrar soluções objetivas e inteligentes para harmonizar o desenvolvimento - único meio de resgatar nossa gente da pobreza - com a preservação do ambiente. Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e consequente, não apenas defensiva, frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos, o destino do gênero humano em seu conjunto. [...] Duas considerações qualificam atualmente nosso impulso de retomada irreversível do desenvolvimento. O cuidado ecológico é uma delas (COLLOR de MELLO, 1990).

Relativamente à questão ambiental, Collor passava definitivamente de uma posição defensiva, característica do regime militar, a uma disponibilidade ao diálogo com a comunidade internacional<sup>10</sup>; e colocava o assunto dos recursos naturais do país dentro da nova atitude com o exterior, subordinada à lógica do processo de globalização. Deste modo, o Brasil se conformava à ideologia neoliberal que já tinha ganhado a maioria dos países da América Latina<sup>11</sup>, e aceitava fazer parte da “normalidade”. Conforme Viola (1998, p. 10) “Collor percebeu imediatamente que a ênfase na proteção ambiental era provavelmente sua maior moeda de troca na nova parceria pretendida com o Norte”, e que o interesse mundial pela Amazônia podia se tornar rentável para o Brasil.

A reação do Governo brasileiro à oferta insólita do G-7 foi logo positiva, em linha com a abertura à comunidade internacional que caracterizava a presidência Collor. Perante a declaração de Houston, o presidente destacava a disponibilidade do Brasil à cooperação internacional. Ao mesmo tempo, ele interpretava a proposta dos países mais avançados no âmbito de uma nova forma de colaboração que não se limitava exclusivamente ao meio ambiente.

Será absolutamente necessário intensificar a cooperação internacional para a defesa do meio ambiente. Outras medidas, igualmente essenciais, terão de ser tomadas a fim de promover relações econômicas mundiais mais justas e equitativas, sem as quais não se poderá efetivar o relançamento da atividade e do crescimento econômico nos países em desenvolvimento. É nesse sentido que acolhemos com grande interesse a nova linguagem da cooperação, tal como refletida nas recentes Declarações de Dublin -

Conselho da Comunidade Europeia - e Houston - Reunião de Cúpula do Grupo dos Sete (Collor, apud VIGEVANI, 1997).

De acordo com o presidente Collor, a importância da participação brasileira no Programa Piloto era principalmente determinada pelo fato de que ela objetivava criar as condições para relações mais iguais e mais compartilhadas entre o G-7 e o Brasil. Neste sentido, o PPG-7 era interpretado como o primeiro passo de uma nova forma de cooperação voltada ao “[...] relançamento da atividade e do crescimento econômico [...]” (Collor, apud VIGEVANI, 1997, p. 54): o objetivo que, na perspectiva brasileira, constituía a motivação principal do engajamento em favor do meio ambiente e o critério fundamental da nova parceria. Com efeito, desde o começo, o governo brasileiro – o Ministério do Exterior e o Ministério da Fazenda, no específico – tinham excluído a inserção dos sujeitos de macroeconomia na formulação do PPG-7, como a reforma agrária, a atividade mineira, o comércio, os grandes investimentos e, ao mesmo tempo, a eventual possibilidade de regulamentar a utilização dos recursos naturais na Amazônia (HAGEMANN, 1994). Substancialmente, o Programa Piloto tinha que ser introduzido dentro das políticas nacionais e estaduais relativas à Amazônia sem pôr entraves ao programa de desenvolvimento brasileiro nessa região. A posição do Brasil nesse assunto foi tão determinada que conseguiu derrotar a forte pressão, particularmente da CE e da Alemanha, que visava estabelecer a progressiva redução do desmatamento até sua interrupção total como o objetivo principal, fazendo entrar na Resolução Final a seguinte declaração: “[...] the Government of Brazil [...] has prepared a pilot program with the overall objective of maximizing the environmental benefits of Brazil’s rain forests (the Pilot Program) in a manner consistent with its developmental goals [...]” (WORLD BANK, 1992, p. 1).

Se, de um lado, o G-7 acreditava firmemente que a economia de mercado constituía a melhor maneira para conservar o meio ambiente, do outro, o Governo Brasileiro procurava evitar que a questão ambiental, patrocinada pelos países e pela opinião pública ocidental, se tornasse um dispositivo estratégico para determinar o desenvolvimento da Amazônia e da política planejada nessa região.

## 5 Conclusão

O Programa Piloto para a conservação das florestas tropicais no Brasil, pelo momento histórico em que apareceu e pela complexidade organizacional que o caracterizou, encontrou-se numa encruzilhada de grandes e decisivas mudanças no nível internacional e do Brasil. Originou-se enquanto uma consciência comum da humanidade sobre a perda progressiva da biodiversidade global tomava forma, e foi acolhido pelo governo brasileiro no momento em que estava tomando distância da ideologia desenvolvimentista nacional e abrindo-se à economia de mercado.

À base da proposta feita pelo G-7 em Houston, teve uma conjuntura internacional propícia que permitia responder à emergência ambiental universalmente percebida e, ao mesmo tempo, favorecia a entrada do Brasil no processo de globalização mundial em construção. A primeira resposta visava a substituir o Programa Piloto à perspectiva de uma convenção sobre as florestas à qual o Brasil se opunha e se opõe tenazmente, e,

simultaneamente, de a antecipar. Através do PPG-7, o grupo dos países industrializados procurava inserir uma região considerada importante para a sobrevivência do planeta no âmbito da governança internacional; e a exercer, do interior do país, uma certa pressão sobre as orientações para a política ambiental do governo federal e dos estados locais em relação à Amazônia. Além do mais, a oferta relativa às florestas tropicais do Brasil encorajava ao mesmo tempo o país a entrar no sistema de mercado global. Desta forma, os doadores e o Brasil ficavam beneficiados: os primeiros com uma única operação alcançavam dois objetivos, a perspectiva da convenção e o maior controle da região amazônica; o outro conseguia injetar em sua economia financiamentos externos providenciais, haja vista a crise com a qual se deparava, provando que as florestas podem ser negociadas.

O horizonte de uma convenção sobre as florestas e a decisão de fazer o Brasil entrar na economia de mercado são as motivações básicas que favoreceram a oferta do G-7.

Pressionado por uma crise econômica internamente insustentável o Brasil não tinha outra alternativa senão a entrada no mercado global e no sistema democrático que o mesmo veicula.

A oferta especial do G-7 encontrou o governo brasileiro disponível, mas sem preparação adequada. Um programa de grande porte como o PPG-7, teria necessitado de um tempo preparatório indispensável para construir um terreno comum entre os numerosos atores da instituição pública e da sociedade civil no Brasil, e para consolidar ainda mais o funcionamento das estruturas de governo responsáveis pela área do meio ambiente. No entanto, o uso de um grande programa numa situação que não lhe corresponde faz parte da estratégia do capital internacional, que busca desta forma impor a sua ideologia e seus projetos de expansão e desenvolvimento (RIBEIRO, 1991). A adesão do Brasil à iniciativa internacional foi ligada à abertura do país ao sistema comercial global, ocorrido contemporaneamente. O fato de entrar no processo de globalização, comportava necessariamente a adequação a uma intervenção que visava a responder a um problema considerado de escala planetária. Mas na verdade, mais do que os limitados recursos financeiros fornecidos pelo G-7, o Brasil tinha extrema necessidade de captar a confiança do mercado após a época nacional desenvolvimentista.

O momento de negociação inicial registrou uma certa assimetria - entre a iniciativa do G-7 e a necessidade de o Brasil sair da crise econômica na qual se encontrava - que não deixará de ter consequências ao longo do desenvolvimento do programa. A lógica da ordem dominante acabou se impondo, oferecendo ao Brasil um espaço dentro da economia mundial que, por sua vez, beneficiava-se da abertura do novo mercado; e, ao mesmo tempo, conseguindo ter mais acesso e controle da Amazônia brasileira a fim de influenciar as políticas federais e estaduais relativas a essa região. A posição do Brasil foi de abertura à proposição internacional e contemporaneamente de defesa do próprio desenvolvimento nacional dando origem à política binária que irá caracterizar a atitude futura do governo brasileiro: a construção de uma imagem ambientalista no foro mundial e a consideração do desenvolvimento como critério determinante da estratégia ecológica dentro do país. Dessa forma, frente a uma negociação que pretendia atuar de maneira inovadora mas sem questionar as relações de poder que caracterizavam a disputa entre o Norte e o Sul, o Brasil

impunha as suas condições e reafirmava o próprio projeto de desenvolvimento, conjugando a necessidade da comunidade internacional com a autonomia nacional.

A penetração da economia de mercado e, ao mesmo tempo, a adesão do governo brasileiro às implicações que isso comportava, foram feitas gradualmente, a partir dos atores e setores mais disponíveis até os que mais se opunham ao processo de globalização. Na integração do Brasil com a nova ideologia neoliberal mundial, a Amazônia constituía o núcleo duro principalmente por três motivos: por causa do sistema biótico que obedece a leis que escapam ao capital global; em consequência da cultura de seus habitantes bem integrados com o habitat natural; e especialmente devido à posição tradicionalmente defensiva do estado brasileiro a respeito de uma região singular do próprio território. Dada a impossibilidade de chegar a um acordo sobre as florestas, o Programa Piloto mostrou-se o meio mais adequado - mas não único - para integrar a Amazônia no sistema de mercado mundial.

Como já destacamos, a relação da região amazônica com o mercado internacional não é nova. Desde muito tempo ela foi cobiçada por outros países interessados em certos recursos específicos, dependendo das necessidades do desenvolvimento industrial dos países mais avançados num determinado período histórico. No entanto, antes da globalização da Amazônia brasileira, a intervenção dos estados estrangeiros, das corporações transnacionais e das organizações multilaterais com respeito à Amazônia sempre foi focada em áreas delimitadas, capazes de atender às demandas internacionais do momento, constituindo uma exceção dentro do quadro geral das políticas nacionais de desenvolvimento do Brasil. Na opinião da comunidade internacional a Amazônia aparecia como uma fonte extraordinária de matérias primas, sem tomar em consideração o papel fundamental da região pela vida no planeta. Ademais, a postura do governo brasileiro sempre foi caracterizada por uma ação extremamente pragmática de abertura aos objetivos econômicos e de fechamento-defesa frente às pressões políticas internacionais.

A globalização da Amazônia é o resultado de uma convergência de interesses entre o mercado global, a opinião pública internacional e a nova inserção do Brasil no cenário mundial. Essa convergência marca uma nova fase na história da região amazônica brasileira, de repente inserida na opção do País e contemporaneamente escolhida como objetivo da política ambiental internacional. O PPG-7 constituirá uma peça fundamental dessa passagem e uma testemunha privilegiada. A organização do mercado sobre os bens e os serviços oferecidos pelas florestas tropicais brasileiras precisou de muito tempo de experimentação e de uma cultura favorável à introdução da nova visão: duas tarefas que o Programa Piloto cumpriu perfeitamente.

A globalização da Amazônia consiste então na extensão da regulamentação do mercado dentro de um espaço que, inicialmente protegido pelo princípio de conservação dos recursos naturais, foi convertido à lógica de mercado por meio das mesmas experiências de conservação implementadas. O PPG-7 contribuiu consideravelmente à construção desta nova fase: prestando todo o know-how necessário para gerenciar os serviços produzidos pelas florestas tropicais; graças à rede notável de comunidades, de grupos étnicos, de ONGs, de setores dos Estados da Amazônia que ficaram engajados, a linguagem e a cultura do mercado se tornaram mais familiares até os lugares perdidos da vasta região.

A realização do PPG-7 aparece como uma experiência de transição entre dois momentos históricos: o primeiro caracterizado pelo objetivo da conservação e o segundo pela mercantilização da natureza. Ele contribuiu para a criação dos pressupostos favoráveis à entrada do mercado e ao processo de globalização na Amazônia.

## Referências bibliográficas

- ABREU, M. P. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ALMEIDA, M. H. T. Pragmatismo por necessidade. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 2, p. 213-234, 1996.
- ALMEIDA, P. R.; MATTOSO QUEIRÒS, K. **Une histoire du Brésil: pour comprendre le Brésil contemporain**. Paris: Harmattan, 2002.
- BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest (PP-G7)**. Resolution of the Board of Executive Directors of the World Bank (March 1992). Establishment of the Rain Forest Trust Fund. Washington: BIRD, 1992.
- BECKER, B. Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O (Org.). **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB, 1990.
- BRANDT COMMISSION. **North-South: a programme for survival**. Report of the Independent Commission on International Development Issues under the Chairmanship of Willy Brandt. London; Sydney: Pan Books, 1980.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa piloto a proteção das florestas tropicais no Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ppg7>>. Acesso em: 13 jun. 2007.
- CASSEN R. & ASSOCIATES. **Does aid works?** Report to an intergovernmental task force. Oxford: Clarendon, 1986.
- CASTRO, M. F.; CARVALHO, M. I. V. Globalization and recent political transitions in Brazil. In: **International Political Science Review**, v. 24, n. 4, p. 465-490, 2003.
- COLLOR DE MELLO, F. **Discurso na cerimônia de posse no congresso nacional**. 1990. Disponível em: <[http://www.collor.com/discursos1990\\_001.asp](http://www.collor.com/discursos1990_001.asp)>. Acesso em: 03 maio 2005.
- COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. **Our global neighbourhood**. The report of the Commission on Global Governance. New York: Oxford University, 1995.
- COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. **Doctrines of development**. London: Routledge, 1996.
- COX, R. W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millenium: Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.
- \_\_\_\_\_. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory (1981). In: COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CRUSH, J. (Ed.). **Power of development**. London; New York: Routledge, 1995.
- DICHTER, T. W. **Despite good intentions: why development assistance to the third world has failed**. Amherst; Boston: University of Massachusetts Press, 2003.
- ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and the unmaking of the third world**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- EYBEN, R. The road not taken: international aid's choice of Copenhagen over Beijing. **Third World Quarterly**, vol. 27, n. 4, p. 595-608, 2006.
- FONSECA, P. C. D. La formación histórica del desarrollismo en Brasil. In: ENCONTRO IBÉRICO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, 4., 2005, Lisboa. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2009.
- G7 SUMMIT, 1990. **Houston Economic Declaration**. Houston, 11 July 1990. Disponível em: <<http://www.g7.utoronto.ca/summit/1990houston/declaration.html#environment>>. Acesso em: 22 nov. 2009. The environment.

- GRAMSCI, A. **Quaderni dal carcere**. Quaderni 6-11 (1930-1933). Torino: Einaudi, 2001. v. 2.
- HAGEMANN, H. **Not out of the woods yet: the scope of the G-7 initiative for a pilot program for the conservation of the Brazilian Rainforest**. Saarbrücken: Forschungen zu Lateinamerika, 1994.
- HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- HANCOCK G. **Lords of poverty, the power, prestige, and corruption of the international aid business**. New York: The Atlantic Monthly, 1989.
- KOLK, A. **Forests in international environmental politics**. International Organizations, NGOs and the Brazilian Amazon. Utrecht: International Books, 1996.
- KOTHARI, S.; HARCOURT, W. Introduction: the violence of development. **Development**, v. 47, n. 1, p. 3-7, 2004.
- LINKLATER, A. General introduction. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **International relations: critical concepts in political science**. London: Routledge, 2000. vol. 1.
- LITTLE, P. **Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- NATIONS UNIES. **Rapport de la conférence internationale sur le financement du développement**. Monterrey, 18-22 mars. New York: Nations Unies, 2002.
- PÁDUA, J. A. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 6, p. 793-811, 2000. Suplemento.
- PETRAS, J.; VELTMEYER, H. Globalization unmasked: the dynamics and contradictions of global capitalism. In: BERBEROGLU, B. (Ed.). **Globalization and change: the transformation of global capitalism**. Lanham: Lexington, 2005.
- PINZÓN RUEDA, R. (Coord.). **Relatório consolidado de avaliação**. Avaliação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, produto contratado pela Coordenação do Programa Piloto, Secretaria de Coordenação da Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- PRONK, J. P. Aid as a catalyst. **Development and Change**, v. 32, n. 4, p. 611-629. 2001.
- REDWOOD III, J. **World bank approaches to the environment in Brazil**. A review of selected projects. Washington,: The World Bank, 1993. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/reference/>>. Acesso em: 12 jun. 2009.
- REIS, A. C. F. O processo histórico da Amazônia. In: \_\_\_\_\_. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: CEB, 1968.
- RIBEIRO, G. L. **Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro**. São Paulo: Marco Zero; Anpocs, 1991.
- SACHS, W. (Ed.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 1992.
- SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. **Contested frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press, 1992.
- SCHWARTZMAN, S. Banking on disaster. **Multinational Monitor**, v 6, n. 7, 15 June, 1985. Disponível em: <<http://multinationalmonitor.org/hyper/issues/1985/0615/schwartzman.html>>. Acesso em: 12 jun. 2009.
- SINGH, A. Aid, conditionality and development. **Development and Change**, v. 33, n 2, p. 295-305, 2002.
- STIGLITZ, J. E. An agenda for development for the twenty-first Century. In: GIDDENS, A. (Ed.). **The global third way debate**. Cambridge: Polity Press, 2001.
- SUNKEL, O. **O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum, 1971.
- VIGEVANI, T. Meio Ambiente e relações internacionais: a questão dos financiamentos. **Ambiente & Sociedade**, n. 1, p. 27-61, 1997.
- VIOLA, E. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICA STUDIES ASSOCIATION, 21., 1998, Chicago. Disponível

- em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/Viola.pdf>>. Acesso em: 18 dez 2009. PANEL ENV 24. Social and environmental change in the Brazilian Amazon.
- WALLERSTEIN, I. **Comprender le monde**. Introduction à l'analyse des systèmes monde. Paris: Editions La Découverte, 2006.
- WORLD BANK. **Resolution of the board of executive directors of the World Bank (March 1992)**. Establishment of the Rain Forest Trust Fund. Washington, D.C.: The World Bank, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Assessing aid: what works what doesn't, and why**. Washington: The World Bank, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest**. Review of institutional arrangements. Final Report. Brasília: The World Bank, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest**. Review of Institutional Arrangements. Annexes. Brasília: The World Bank, 1999b.

## Notas

- <sup>1</sup> <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=168&idConteudo=7845&idMenu=7577>
- <sup>2</sup> Para avaliações e resultados parciais sugiro: Final Report (WORLD BANK, 1999a) e o “Relatório Consolidado de avaliação” (PINZÓN RUEDA, 2006); para globais: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=168&idConteudo=7794&idMenu=7916>
- <sup>3</sup> Ver particularmente o artigo de Cox (1996), Social forces, states and world orders: beyond international relations theory (1981).
- <sup>4</sup> De acordo com Wallerstein (2006, p. 145-147), o capitalismo seria [...] un système historique caractérisé par la priorité donnée à l'accumulation illimitée du capital. [...] le capitalisme ne peut exister que dans le cadre d'une économie-monde [...].
- <sup>5</sup> 1971, p. 25.
- <sup>6</sup> Fundado de propósito em 1952 para financiar os programas da era desenvolvimentista.
- <sup>7</sup> O Canadá contribuiu com a soma de 848.716 dólares; a Alemanha com 19.538.405; a Itália com 5.297.214; o Japão com 5.491.955; a Grã Bretanha com 2.500.000; os Estados Unidos com 5.000.000; A Comissão da Comunidade Européia com 15.000.000 (site do Banco Mundial). Ao grupo do G-7 é mister acrescentar os Países Baixos que depositaram no Rain Forest Trust Fund do Banco Mundial 4, 2 milhões de euros.
- <sup>8</sup> “[...] this complexity has been compounded by high dependence on bilateral parallel co-financing and by the decision to implement each project with assistance from multiple external sources. This has required multiple appraisals and negotiations, intricate cross-conditionalities, and has led to financing arrangements under which most PP/G7 projects are drawing their funds from three to five different “contracts” with the project managers having to observe multiple rules and procedures in the draw-down of funds” (WORLD BANK, 1999a, falta página).
- <sup>9</sup> [...] *a comprehensive pilot program* [...] (G7 SUMMIT, 1990, §66).
- <sup>10</sup> Kolk (1996) assinala que o programa do presidente Collor suscitou grande interesse na comunidade internacional porque destacava o engajamento do governo com o meio ambiente como também a abertura econômica neoliberal.
- <sup>11</sup> Entre os países da América Latina, o Brasil mostrou uma resistência particular à liberalização do mercado: como Cuba, ele foi um dos dois últimos a introduzir as reformas necessárias para entrar no processo de globalização (ALMEIDA, 1996).
- <sup>12</sup> O Programa de Integração Nacional (1970) deu início a uma ocupação massiva sob o lema do general Emílio Médici: “Levar homens sem terra para a terra sem homens” (PÁDUA, 2000).



# O PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL (PPG-7) E A GLOBALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

---

GIORGIO DE ANTONI

**Resumo:** O PPG-7 desenvolvido desde 1994 até 2009 adquire um significado especial pelo fato de marcar a passagem da ideologia conservacionista à introdução da economia de mercado na região amazônica. A própria oferta do G-7 e a aceitação do governo brasileiro da época visavam a integrar a iniciativa dentro do novo cenário internacional, dando início ao processo de mercantilização atual da Amazônia.

**Palavras-chave:** Globalização. Amazônia. Cooperação internacional. Governo do Brasil.

## *Pilot program for tropical forest protection in Brazil (PPG-7) and the globalization of the Amazon*

**Abstract:** *The PPG-7, developed from 1994 to 2009, acquires a special significance by making the transition of a conservationist ideology to the introduction of market economy in the Amazon region. The proposal of G-7 and the acceptance of the Brazilian government at that time sought to integrate the initiative within the new international scenario, initiating the current mercantile process of the Amazon.*

**Keywords:** *Globalization. Amazon region. International cooperation. Brazilian government.*

---